X EPCC
Encontro Internacional de Produção Científica
24 a 26 de outubro de 2017
ISBN 978-85-459-0773-2

O JORNAL O BRADO UNIVERSITÁRIO (1974 – 1976): A RESISTÊNCIA ESTUDANTIL À DITADURA MILITAR DENTRO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Regina Célia Daefiol[1]; *Angelo Aparecido Priori*[2]

[1]Acadêmica do Curso de História, Universidade Estadual de Maringá (UEM). PIC
[2]Orientador, Doutor, Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá.

RESUMO

O projeto de pesquisa "O jornal O Brado Universitário (1974 – 1976): a resistência estudantil à ditadura militar dentro da Universidade Estadual de Maringá" buscará construir uma narrativa histórica sobre a trajetória do jornal O Brado Universitário - periódico produzido pelo movimento estudantil (ME) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) - bem como seu papel na expressão da resistência estudantil ao regime militar instaurado no Brasil em 1964. Para o desenvolvimento da pesquisa, serão analisadas as edições do jornal O Brado Universitário produzidas entre os anos de 1974 e 1976, período em que o informativo circulou. A análise dessas fontes será feita a partir da abordagem metodológica dos seguintes autores: Capelato (1988), Luca (2008), Mota (2004). A pesquisa compreenderá também entrevistas com personagens que tenham participado direta ou indiretamente da produção do jornal. Por se tratarem de fontes orais, a abordagem seguirá a metodologia da História Oral, com base teórica nas obras de Alberti (1996) e Portelli (1997).

PALAVRAS-CHAVE: Movimento estudantil; regime militar; repressão.

1 INTRODUÇÃO

O jornal O Brado Universitário - produzido pelo Diretório Acadêmico Nelson Hungria, da Faculdade de Direito da Universidade Estadual de Maringá – representou uma expressão da resistência estudantil, na Universidade Estadual de Maringá, ao regime militar instaurado no Brasil em 1964, ao abordar temas que demonstravam o posicionamento político dos estudantes. O jornal, no formato tabloide, não tinha periodicidade definida. Circulou durante a década de 1970, por um período ainda a ser confirmado durante as investigações da pesquisa.

A hipótese preliminar, formulada a partir de conversas com pessoas que viveram o período em que jornal era produzido, é que tenha circulado durante os anos de 1974, 1975 e início de 1976. Confirmada esta hipótese, a proposta é analisar todas as edições, considerando que, como a publicação não tinha uma periodicidade definida e teve curto período de duração, o volume de números a ser analisado é pequeno.

Para compreender a relevância do periódico, bem como o contexto em que circulava, é preciso situar o movimento estudantil na história do país e dentro da Universidade Estadual de Maringá. Segundo o historiador Reginaldo Benedito Dias (2000):

> A história do movimento estudantil da UEM não pode ser compreendida sem a devida consideração às especificidades do processo de constituição dessa instituição, criada em 1969, no bojo da reforma universitária promovida pela ditadura militar. Marcada pela expansão do ensino pago, essa reforma teve como elemento constitutivo a utilização de rígidas legislações restritivas à organização, participação e manifestação dentro da universidade, forma de coibir os setores engajados na luta pelo ensino público e democratização das estruturas educacionais do país. (DIAS, 2000, p. 13-14)

ISBN 978-85-459-0773-2

As propostas da reforma universitária do governo militar chocavam-se com o modelo defendido pela UNE (União Nacional dos Estudantes), que pregava um ensino público e gratuito, e a democratização da reforma universitária (DIAS, 2011). O modelo imposto pelo governo militar era uma forma de tentar silenciar a voz do ME, o que o regime já vinha tentando desde 1964, com a cassação da "existência legal da UNE e das UEEs [União Estadual dos Estudantes], assim como a possibilidade de ação autônoma das entidades estudantis, convertidas oficialmente em órgãos do Estado". (DIAS, 2011, p.86)

A reação estudantil contra uma série de medidas arbitrárias do regime despontava por todo o país, por meio de ações de resistência. Os movimentos e protestos resultantes dessas ações representaram um importante meio de contestação, denúncia e luta estudantil contra a repressão e as medidas arbitrárias impostas pela ditadura militar. Segundo afirma Santana (2007), o movimento estudantil desempenhou papel relevante por ter lutado de forma marcante contra a ditadura:

> [Os estudantes] se posicionaram corajosamente contra o autoritarismo, a opressão, a repressão e as demais arbitrariedades cometidas pelos detentores do poder, mesmo sofrendo inúmeras represálias e, muitas vezes, pagando com a própria vida o preço de se colocar como oposição aberta ao regime instituído. (SANTANA, 2007, p. 216)

Neste cenário, os militantes do movimento estudantil buscavam formas alternativas para driblar a repressão e a censura, que cerceavam a liberdade de expressão. Os informativos e periódicos produzidos pelo movimento estudantil foram um importante meio de resistência em meio às ações perpetradas pela ditadura. Esses periódicos eram uma vertente da chamada imprensa alternativa, nome atribuído a um conjunto de publicações que não só encontravam brechas para noticiar o que a censura impedia que a imprensa tradicional publicasse, como também davam um enfoque muitas vezes radicalmente oposto ao da mídia tradicional aos fatos e temas do período. Usando um tom opinativo e de denúncia, as publicações da imprensa alternativa acabavam colocando em destaque - e em debate - muitos temas considerados "proibidos". De acordo com KUCINSKI (1991):

> Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. Inclusive nos anos de seu aparente sucesso, durante o chamado "milagre econômico", de 1968 a 1973. Destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. Opunham-se por princípio ao discurso oficial. (KUCINSKI, 1991, p.5)

Na Universidade Estadual de Maringá o jornal O Brado Universitário representou um meio de resistência do movimento estudantil, colocando em debate temas considerados perigosos, como críticas aos aumentos das anuidades e ao processo de elitização da universidade, defesa da gratuidade do ensino, o AI-5 (Decreto Lei 477).

Com base na bibliografia e na análise das fontes apresentadas - exemplares do periódico e entrevistas com personagens que participaram da produção do jornal – se pretende construir, com base na metodologia de análise de fontes impressas e orais, uma narrativa histórica sobre a trajetória do jornal *O Brado Universitário*, bem como sobre seu papel na expressão da resistência estudantil ao regime militar instaurado no Brasil em 1964.

ISBN 978-85-459-0773-2

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento da pesquisa, serão analisadas as edições do jornal *O Brado Universitário* produzidas entre os anos de 1974 e 1976, período em que o informativo circulou. Os exemplares do jornal *O Brado Universitário* estão preservados em arquivos particulares mantidos por duas pessoas que participaram da produção do periódico. A intenção é fotografar ou digitalizar cada um dos exemplares que se encontram arquivados.

Será realizada a leitura de cada um dos exemplares produzidos durante o período a ser pesquisado (1974-1976). Após a leitura, as matérias/reportagens serão tabuladas de acordo com os temas abordados para verificar qual o espaço destinado a conteúdos que remetam à resistência política ao regime militar. A análise dessa fonte será feita a partir da abordagem metodológica dos seguintes autores: Capelato (1988), Luca (2008), Mota (2004).

Na pesquisa proposta pelo presente projeto, além de exemplares do jornal *O Brado Universitário,* serão utilizadas, como fontes orais, entrevistas com personagens que participaram diretamente e indiretamente da produção do periódico. As entrevistas seguirão um roteiro pré-estabelecido: em primeiro lugar, será aplicado um questionário com perguntas diretas sobre a produção do jornal; em segundo lugar, a entrevista abrirá espaço para uma conversa livre entre entrevistador e entrevistado, com o objetivo de levantar relatos de acontecimentos, impressões e opiniões sobre fatos e situações que envolveram a produção do periódico. As entrevistas serão gravadas e posteriormente decupadas.

Tendo em mãos as entrevistas e o conteúdo do periódico tabulado, se procederá a análise das matérias/reportagens e das falas dos entrevistados, com o objetivo de traçar uma narrativa sobre o papel do periódico no contexto da resistência à ditadura dentro da UEM, analisando de que forma influenciou e contribuiu para tornar públicas as manifestações de protesto e as discordâncias do ME em relação ao governo militar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No universo das fontes verbais, a textual é a que predomina, apesar do crescimento da importância de outros tipos de fontes na pesquisa historiográfica. Entre as textuais, os periódicos (jornais, revistas, informativos, boletins) ganharam força não só como fonte, mas também como objeto de pesquisa a partir da “revolução documental” promovida pelos Annales a partir da década de 1930 (LUCA, 2008).

Porém, o jornalista Luiz Gonzaga Motta faz uma afirmação que deve servir de alerta para o historiador ao analisar um periódico:

> [...] é importante lembrar que mesmo na narrativa realista do jornalismo as personagens são figuras de papel, ainda que tenham correspondentes na realidade histórica. Lembrar que estamos analisando uma narrativa jornalística, como as notícias constroem personagens, conflitos, combates, heróis, vilões, mocinhos, bandidos, punições, recompensas. Não estamos fazendo uma análise da realidade histórica em si mesma. Nosso objeto é a versão, não a história. (MOTTA, 2007, p.7)

Na construção da narrativa historiográfica, um documento não pode ser analisado isoladamente, e sim em relação a outras fontes que auxiliem sua compreensão (CAPELATO, 1988). A partir dessa premissa, incluiremos na pesquisa entrevistas, que se constituem em fontes orais, tendo como parâmetro o pressuposto de Alessandro Portelli, de que “as fontes escritas e orais não

ISBN 978-85-459-0773-2

são mutuamente excludentes. Elas têm em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que a outra).” (PORTELLI, 1997)

É preciso considerar que uma entrevista é, em primeira instância, o resultado de uma ação interativa, a comunicação entre entrevistado e entrevistador. Neste processo, tanto um como outro tem ideias formadas sobre seu interlocutor e lança mão de recursos para exercer uma determinada ação sobre o outro: o entrevistador tenta utilizar artifícios para que o outro fale sobre sua experiência; o entrevistado tudo fará para que o entrevistador entenda seu ponto de vista e modifique suas próprias convicções enquanto historiador.

Depois, é preciso levar em conta que a entrevista de história oral é resíduo de uma outra ação, que é interpretar o passado, ação essa desencadeada tanto por entrevistado como por entrevistador (ALBERTI, 1996). Neste processo de equilíbrio delicado, a entrevista de história oral, mais do que uma tentativa de construção de um passado, é a possibilidade de se documentar as ações de constituição de memórias.

As memórias estão sempre em disputa, permeadas por silêncios, esquecimentos e reinterpretações de acontecimentos do passado. Jacques Le Goff coloca que:

> [...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (LE GOFF, 2003, p.143)

Da mesma forma que as memórias coletivas, as memórias individuais também estão permeadas por uma série de fatores que podem modificá-las, reprimi-las, distorcê-las. Essas questões não podem passar despercebidas ao historiador que pretende fazer uso de fontes orais em sua pesquisa. Como ressalta Alessandro Portelli, “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez.” (PORTELLI, 1997, p. 31).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema proposto pelo presente projeto está inserido no universo da História Política, na medida em que buscará construir uma narrativa histórica sobre a atuação política dos estudantes do curso de Direito da UEM na resistência à ditadura militar imposta ao país em 1964. A análise do jornal *O Brado Universitário* possibilitará reconstruir uma parte importante da memória do movimento estudantil enquanto agente político no período dos governos militares

É certo que o tema ditadura militar/resistência já foi largamente estudado e abordado em diversas obras bibliográficas. Porém, o ineditismo da fonte que será pesquisada permitirá que a temática seja retomada sob um novo ponto de vista. No levantamento bibliográfico realizado para a produção do presente projeto constatamos não existir pesquisa histórica sobre ou a partir do jornal *O Brado Universitário,* o que, além de conferir um caráter de ineditismo à pesquisa, também revela uma possibilidade - e a necessidade - de preservar essa memória do movimento estudantil da UEM, transformando-a em história.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado. **Trabalho apresentado à mesa-redonda Ouvir e narrar: métodos e práticas do trabalho com**

ISBN 978-85-459-0773-2

História Oral, durante o II Seminário de História Oral. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/869.pdf>. Acesso em 10 jan. 2017.

BARROS, J. A. Fontes históricas: Revisitando alguns aspectos primordiais para a pesquisa histórica. **Mouseion,** n.12, p. 28-35, 2012.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CAPELATO, M. H. K. **A imprensa na história do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

DIAS, R. B. O Movimento Estudantil na Universidade Estadual de Maringá - UEM (1970-1987). **Revista Espaço Acadêmico**, **Universidade Estadual de Maringá**: Maringá, n.124, p.85-96, 2011. Disponível em <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/14697>. Acesso em 10.01.2017.

_____. **Uma universidade de ponta-cabeça: A ocupação da reitoria e a luta dos estudantes da UEM pela gratuidade do ensino e pela democratização da universidade**. Maringá: Clichetec, 2000.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários**. 1 ed. [S.L.]: Página Aberta, 1991.

LE GOFF, J. **Documento/Monumento. História e Memória**. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

LUCA, T. R. A história dos, nos e por meio dos periódico**s**. In: PINSKY, C.B. (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOTTA, L. G. **Análise pragmática da narrativa jornalística. Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Revista Projeto História**, n.14, P. 25-39,1997. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>. Acesso em: 10/01/2017.

SANTANA, F. A. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil**: 1964 a 1984. 249 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo 2007. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-23012008-113411/pt-br.php>. Acesso em 10/01/2017